

Verdadeira exigência do Estado Social e Democrático de direito, a inserção do princípio da transparência no artigo 37 da Constituição da República explicita o que já se deduz da publicidade, e da moralidade. Com efeito, a transparência, revestida formalmente da dignidade principiológica, faz ressaltar o compromisso da Administração Pública com suas atribuições essenciais. Direciona e qualifica a tomada das decisões que devem, sempre e sempre, revelar claramente o interesse social como força motriz das atuações dos poderes públicos. Ademais, permite aferição direta dos fundamentos do exercício regular da função administrativa, com consequente eficiência dos meios de controle. Trata-se, enfim, de ditame essencial da eficiência e da legitimidade do agir estatal.

WAGNER BALERA